

**PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS E QUIROGRAFÁRIAS DA
TERCEIRA EMISSÃO DE COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL**

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL, companhia aberta, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Müller 116, 36º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 33.042.730/0001-04, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora"); e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 3333, Grupo 307, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) e nela interveniente ("Agente Fiduciário"), representando a conjunção dos adquirentes das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures");

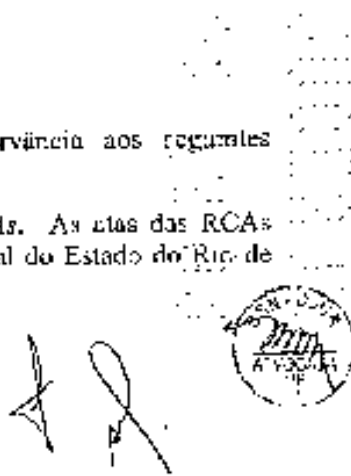
resolvem celebrar este primeiro aditamento à "Escritura Particular de Emissão de Debêntures Não Conversíveis e Quirografárias da Terceira Emissão da Companhia Siderúrgica Nacional", celebrada em 12 de dezembro de 2003, que, nos termos deste "Primeiro Aditamento à Escritura Particular de Emissão de Debêntures Não Conversíveis e Quirografárias da Terceira Emissão de Companhia Siderúrgica Nacional" ("Escritura de Emissão"), passa, para todos os fins de direito, a constar com os seguintes termos e condições:

**I
DA AUTORIZAÇÃO**

- 1.1 A presente Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações do conselho de administração da Emissora, realizadas em 11 de dezembro de 2003 e em 18 de dezembro de 2003 ("RCAs").

**II
DOS REQUISITOS**

- 2.1 A emissão das Debêntures será feita com observância aos seguintes requisitos:
- I. *arquivamento e publicação das atas das RCAs.* As atas das RCAs deverão ter sido arquivadas na Junta Comercial do Estado do Rio de



Janeiro e publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nos jornais "Gazeta Mercantil" e "Jornal do Commercio";

- I. *registro desta Escritura de Emissão*. Esta Escritura de Emissão deverá ter sido registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro;
- II. *registro para distribuição no mercado primário*. A emissão deverá ter sido registrada para distribuição no mercado primário por meio do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo a subscrição liquidada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CELTIP");
- IV. *registro para negociação no mercado secundário*. A emissão deverá ter sido registrada para negociação no mercado secundário por meio (a) do Sistema Bovespa Fix ("Bovespa Fix"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC"); e (b) do Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CELTIP; e
- V. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM")*. A emissão deverá ter sido registrada na CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes; e
- VI. *registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID")*. A emissão deverá ser registrada na ANBID, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da concessão do respectivo registro na CVM em atendimento ao termo 22 do Código de Auto-Regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimentos – ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários de 16 de janeiro de 2002.

III

DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 3.1 A Emissora tem por objeto social a fabricação, a transformação, a comercialização, inclusive a importação e exportação de produtos siderúrgicos, bem como o estabelecimento e exploração de quaisquer outras atividades correlatas e afins que possam direta ou indiretamente interessar às

finalidades da Emissora, tais como indústrias de mineração e de transporte, atividades de operação portuária e de navegação e de construção, fabricação e montagem de estruturas metálicas.

IV DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a distribuição das Debêntures permanecerão na caixa da Emissora (como reforço de caixa, de forma a permitir o desenvolvimento das suas atividades e prover a Emissora de liquidez adicional), aguardando por oportunidade de uso.

V DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

- 5.1 *Número da emissão.* Esta Escritura de Emissão representa a terceira emissão de debêntures da Emissora.
- 5.2 *Valor total da emissão.* O valor total desta emissão é de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo).
- 5.3 *Valor nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal").
- 5.4 *Quantidade.* Serão emitidas 50.000 (cinquenta mil) Debêntures.
- 5.5 *Séries.* A emissão será realizada em 2 (duas) séries, cada uma composta por 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures. A Emissora não poderá colocar as Debêntures da segunda série antes de colocadas todas as Debêntures da primeira série ou cancelado o saldo não colocado. Ressalvadas as referências específicas às Debêntures da primeira ou da segunda séries, todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referências às Debêntures das duas séries.
- 5.6 *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de canteiras ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária (conforme definido abaixo). Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas no SND, será expedido pelo SND o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do coberturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e

para as Debêntures custodiadas na CBLIC, será expedido pela CBLIC relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLIC.

- 5.7 *Convertibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações.
- 5.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirográfaria, nos termos do artigo 58 da Lei n.º 6.404/76.
- 5.8.1 *Limite de emissão.* Tendo em vista que (i) o capital social da Emissora nesta data é de R\$1.680.947.363,71 (um bilhão, seiscentos e oitenta milhões, novecentos e quarenta e sete mil trezentos e sessenta e três reais e setenta e um centavos); e (ii) a emissão das Debêntures, somada (a) às debêntures da primeira emissão da Emissora em circulação nesta data, de R\$690.000.000,00 (seiscentos e noventa milhões de reais); e (b) às debêntures da segunda emissão da Emissora em circulação nesta data, de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), totaliza R\$1.590.000.000,00 (um bilhão, quinhentos e noventa milhões de reais), o limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76 está cumprido.
- 5.9 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13, de 30 de setembro de 1980, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, devendo a distribuição ser efetivada de acordo com o resultado do procedimento de *bookbuilding* a ser organizado pelos coordenadores desta emissão ("Coordenadores") de acordo com o disposto na Cláusula 5.17.1 abaixo.
- 5.10 *Negociação.* A emissão será registrada para negociação no mercado secundário no Bovespa Fix e no SND.
- 5.11 *Data de emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de dezembro de 2003 ("Data de Emissão").
- 5.12 *Prazo e data de vencimento.* O prazo das (i) Debêntures da primeira série será de 36 (trinta e seis) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de dezembro de 2006 ("Data de Vencimento da Primeira Série"); e (ii) Debêntures da segunda série será de 60 (sessenta) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de dezembro de 2008 ("Data de Vencimento da Segunda Série").
- 5.13 *Prazo de subscrição.* Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM e a publicação do anúncio de início de distribuição, as Debêntures



serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data do deferimento do respectivo registro pela CVM.

- 5.14 *Forma de subscrição e de integralização.* A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP. A integralização das Debêntures será à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização").
- 5.15 *Preço de subscrição.* As Debêntures (i) da primeira série serão subscritas pelo seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Primeira Série (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização; e (ii) da segunda série serão subscritas pelo seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.
- 5.16 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal (i) das Debêntures da primeira série será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento da Primeira Série; e (ii) das Debêntures da segunda série, atualizado pela Atualização Monetária da Segunda Série, será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento da Segunda Série.
- 5.17 *Remuneração.* As Debêntures serão remuneradas da seguinte forma:

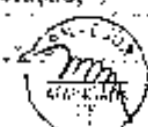
- I. *Debêntures da primeira série:* sobre o Valor Nominal das Debêntures da primeira série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 106,5% (cento e seis inteiros e cinco décimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual no ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), definida de acordo com o disposto na Cláusula 5.17.1 abaixo ("Remuneração da Primeira Série"). A Remuneração da Primeira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da primeira série desde a Data de Emissão, ou da data de vencimento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento; e
- II. *Debêntures da segunda série:* as Debêntures da segunda série terão jus à remuneração prevista neste inciso:
 - (a) *atualização monetária:* o Valor Nominal das Debêntures da segunda série será atualizado a partir da Data de Emissão monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços –

Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("FGV") ("IGPM"), calculado por dias úteis, de forma *pro rata temporis*, se necessário, desde a Data de Emissão até a data do respectivo pagamento ("Atualização Monetária da Segunda Série"); e

- (b) *juros remuneratórios*: sobre o Valor Nominal das Debêntures da segunda série atualizado pela Atualização Monetária da Segunda Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 10% (dez por cento), expresso na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis, desde a Data de Emissão, ou da data de vencimento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, definido de acordo com o disposto na Cláusula 5.17.1 abaixo ("Juros Remuneratórios da Segunda Série" e, em conjunto com a Atualização Monetária da Segunda Série, "Remuneração da Segunda Série" e a Remuneração da Primeira Série em conjunto com a Remuneração da Segunda Série, "Remuneração").

5.17. *Bookbuilding*. Para definição da Remuneração da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, foi adotado o procedimento de *bookbuilding* organizado pelos Coordenadores, para o que foi apresentado o intervalo indicativo de (i) 105% (cento e cinco por cento) a 107% (cento e sete por cento) relativo à Remuneração da Primeira Série; e (ii) 9% (nove por cento) a 10% (dez por cento) relativo aos Juros Remuneratórios da Segunda Série. Encerrado o procedimento de *bookbuilding*, o conselho de administração da Emissora ratificou em reunião a Remuneração da Primeira Série e os Juros Remuneratórios da Segunda Série anuenciadas no procedimento de *bookbuilding*, sendo a Remuneração da Primeira Série e os Juros Remuneratórios da Segunda Série assim apurados inseridos na Cláusula 5.17 acima.

5.17.2 *Periodicidade de Pagamento da Remuneração*. (i) Remuneração da Primeira Série: a Remuneração da Primeira Série será paga em 6 (seis) parcelas semestrais e sucessivas, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de junho de 2004 e o último, na Data de Vencimento da Primeira Série; e (ii) Remuneração da Segunda Série: (a) a Atualização Monetária da Segunda Série será paga em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento da Segunda Série, conforme previsto no item (ii) da Cláusula 5.16 acima; e (b) os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão pagos em 5 (cinco) parcelas anuais e sucessivas, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de dezembro de 2004 e o último, na Data de Vencimento da Segunda Série. Farão jus à Remuneração,

os titulares das Debênturas ao final do dia útil anterior à respectiva data de pagamento.

5.17.3 Fórmula de cálculo da Remuneração. A Remuneração deverá ser calculada de acordo com o disposto abaixo:

1. Remuneração da Primeira Série: a Remuneração da Primeira Série deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$JR = VN \times [(f_1 \times f_2 \dots \times f_j) - 1]$, onde:

$JR =$ valor da Remuneração da Primeira Série a ser paga nas datas dos seus respectivos vencimentos, calculada com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

$VN =$ Valor Nominal, ou seja, R\$10.000,00 (dez mil reais);

$(f_1 \times f_2 \dots \times f_j) =$ fator de variação acumulado da Taxa DI, entre a data de início (inclusive) e data final (exclusive) do Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$f_j = 1 + \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{360}{d_j}} - 1 \right] \times S, \text{ onde:}$$

$f_j =$ fator da Taxa DI referente ao dia "j", considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento;

$\text{Taxa DI}_j =$ Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia "j", utilizada com 2 (duas) casas decimais;

d_j prazo definido para a Taxa DI, sendo "d_j" um número inteiro; e

$S =$ percentual da Taxa DI aplicado no procedimento de *bookbuilding*, previsto na Cláusula 5.17 acima.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo

11. *Remuneração da Segunda Série:* a Remuneração da Segunda Série deverá ser calculada de acordo com as seguintes fórmulas:

- (e) *Atualização Monetária da Segunda Série:* a Atualização Monetária da Segunda Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$VNa = VNe \times C$, onde:

VNa = Valor Nominal atualizado pela Atualização Monetária da Segunda Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal na Data de Emissão, ou seja, R\$10.000,00 (dez mil reais);

C = fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \left[\frac{NI_2}{NI_0} \right]^{12} \times \left[\frac{NI_3}{NI_2} \right]^{12} \times \dots \times \left[\frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{12}, \text{ onde:}$$

NI₀ = valor do número-índice do IGPM do mês anterior ao mês de início de atualização;

NI₁ = valor do número-índice do IGPM do mês de início de atualização;

NI₂ = valor do número-índice do IGPM do mês subsequente ao mês de início de atualização;

NI_n = valor do número-índice do IGPM do mês anterior ao mês de atualização utilizado, até a data de aniversário da debênture. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IGPM do mês de atualização. Considera-se mês de atualização o compreendido entre duas datas de aniversário consecutivas e data de aniversário como sendo o dia da data de

vencimento da Debênture ou o dia informado como referência para utilização do índice;

NI_{n-1} = valor do número-índice do IGPM do mês anterior ao mês "n";

cup = número de dias úteis da última data-base, sendo esta a data de aniversário em cada mês, até a data de atualização, sendo "cup" um número inteiro;

du = número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data-base, sendo "du" um número inteiro;

Caso no mês de atualização o número-índice do IGPM não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão $\left(\frac{PI_{n-1}}{PI_{n-2}} \right)$.

O número-índice do IGPM deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IGPM incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Observações:

- 1) Os fatores resultantes das expressões $\frac{PI_n}{PI_{n-1}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento.
 - 2) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento, e
- (b) *Juros Remuneratórios da Segunda Série:* os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = \{PNI \times [FatorJuros - 1]\}, \text{ onde:}$$



J = valor dos Juros Remuneratórios da Segunda Série devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa – Valor Nominal atualizado pela Atualização Monetária da Segunda Série, em cada data de vencimento dos Juros Remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros – fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento:

$$FatorJuros = \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{N}{t}} \right], \text{ onde:}$$

taxa = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais, apurada no procedimento de *bookbuilding*, previsto na Cláusula 5.17 acima;

N = número de dias representativo do *spread*, de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, sendo "N" um número inteiro;

t = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

DT – número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro; e

DP = número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

5.7.4 Define-se "Período de Capitalização" o intervalo de tempo durante o qual a Remuneração será acumulada de forma exponencial. O valor da Remuneração será agregado ao Valor Nominal para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento da Remuneração será exigível somente no final de cada Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura de Emissão. O primeiro Período de





Capitalização tem início na Data de Emissão e término na data do primeiro pagamento da Remuneração. Os demais Períodos de Capitalização têm início na data de pagamento da Remuneração do Período de Capitalização anterior e término na data de pagamento da Remuneração subsequente, cada Período de Capitalização sucedendo o anterior sem solução de continuidade.

5.17.5 Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI ou do IGPM, conforme o caso, será aplicada a última Taxa DI ou o último IGPM divulgado oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os detenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI ou do IGPM que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI ou do IGPM exceder o prazo de 5 (cinco) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 5.17.6 abaixo.

5.17.6 Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI ou do IGPM, conforme o caso, por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis após a data esperada para sua divulgação, de extinção da Taxa DI ou do IGPM, ou de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será aplicado no lugar da Taxa DI, automaticamente, a taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes do mercado para operações similares, ou no lugar do IGPM, automaticamente, o novo índice de inflação que vier a ser divulgado pela FGV em substituição ao IGPM. Na impossibilidade de substituição da Taxa DI ou do IGPM nos termos acima, o Agente Fiduciário convocará convocar assembleia geral de detenturistas da série aplicável, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data do evento que der causa à convocação da referida assembleia geral de detenturistas da série aplicável, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, no caso da Taxa DI, a nova taxa de juros referencial de remuneração das Debêntures da primeira série, à qual será aplicada a mesma Remuneração da Primeira Série definida no procedimento do *bookbuilding* a que se refere a Cláusula 5.17.1 acima, conforme previsto no inciso I da Cláusula 5.17 acima, ou, no caso do IGPM, o novo parâmetro de atualização monetária das Debêntures da segunda série a ser aplicado, de forma que, além de se preservar o valor real das Debêntures da primeira série ou da segunda série, conforme o caso, sejam as mesmas remuneradas nos mesmos níveis anteriores. Caso detenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação da primeira série ou da segunda série, conforme o caso, não aprovem a proposta da Emissora sobre o novo parâmetro, as Debêntures em circulação da primeira série ou da segunda série, conforme o caso, deverão ser resgatadas na sua totalidade pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Primeira Série ou da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração da

Primeira Série ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 11 (dez) dias contados da data de encerramento da assembleia a que se refere esta Cláusula. O resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. Até o momento da definição do novo parâmetro ou da data de resgate, conforme o caso, fica desde já acordado que, para as Debêntures da primeira série, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente, calculada *pro rata temporis* desde a data do evento até a data em que os debenturistas e a Emissora chegarem a um acordo quanto ao novo parâmetro, ou até a data de pagamento do valor de resgate, conforme o caso, e, para as Debêntures da segunda série, será utilizada a variação percentual do IGPM verificada no período de 30 (trinta) dias imediatamente anterior à data do evento que der causa à convocação da assembleia geral de debenturistas a que se refere esta Cláusula, calculada *pro rata temporis* desde a data do evento até a data em que os debenturistas e a Emissora chegarem a um acordo quanto ao novo parâmetro, ou até a data de pagamento do valor de resgate, conforme o caso.

- 5.18 *Repactuação.* Não haverá repactuação.
- 5.19 *Resgate antecipado facultativo.* Observado o disposto na Cláusula 5.17.6 acima, a Emissora não poderá resgatar antecipadamente as Debêntures.
- 5.20 *Aquisição facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em circulação por preço não superior ao seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Primeira Série ou da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, até a data da aquisição, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração da Primeira Série ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a qualquer tempo, por opção da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração da Primeira Série ou à mesma Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, das demais Debêntures em circulação da primeira série ou da segunda série, conforme o caso.
- 5.21 *Encargos moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas por força desta Escritura de Emissão, os



débitos em atraso ficarão, ainda, sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

- 5.22 *Decadência dos direitos nos acréscimos.* O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- 5.23 *Local de pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos nos termos desta Escritura de Emissão, serão efetuados pela emissora, por intermédio da CETIP ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam custodiadas no SND ou na CBLC ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na CBLC.
- 5.23.1 Caso qualquer debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar à Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária.
- 5.24 *Prorrogação dos prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos.
- 5.25 *Publicidade.* Exceto os anúncios de início e de encerramento de distribuição, que serão publicados somente no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que de qualquer forma vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser veiculados, na forma de aviso, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nos jornais "Gazeta Mercantil", edição nacional, e "Jornal do Commercio", e por meio do site da Emissora (www.csn.com.br) sempre imediatamente após a ciência do fato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta

Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, o mínimo de 10 (dez) dias úteis contados da data da última publicação do aviso.

- 5.26 *Comunicações.* As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fax similar ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

I. para a Emissora:

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
 Av. Pres. Juscelino Kubitschek 1830, T-II, 14º andar
 04543-900 São Paulo, SP
 At.: Otávio de Garcia Lazcano
 Telefone: (11) 3049 7553
 Fac-símil: (11) 3049 7502
 Correio Eletrônico: otaviogarcia@csn.com.br

II. para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DTVM
 Avenida das Américas 3333, Grupo 307
 22631-003 Rio de Janeiro, RJ
 At.: Maurício da Costa Ribeiro
 Telefone: (21) 3325 5059
 Fac-símil: (21) 3325 5969
 Correio Eletrônico: pentagono@pentagonotrustee.com.br

- 5.27 *Instituição depositária e banco mandatário.* A instituição depositária e prestadora de serviços de banco mandatário das Debêntures será Banco Itaú S.A. ("Instituição Depositária").

VI

VENCIMENTO ANTECIPADO

- 6.1 Observado o disposto nas Cláusulas 6.1.1 e 6.1.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal,

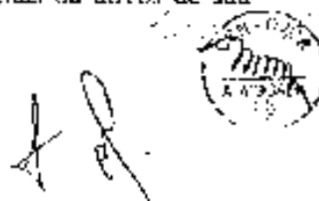


acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso II abaixo, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 6.1.2 abaixo) e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

- I. decretação de falência da Emissora, ou de qualquer controlada da Emissora, ou pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora, ou por qualquer controlada da Emissora, ou ainda a liquidação da Emissora;
- II. não pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, da Remuneração ou de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da respectiva data de vencimento original;
- III. falta de cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário, sendo certo que o disposto neste inciso não se aplica a qualquer outro inciso desta Cláusula ou a qualquer outra hipótese de inadimplemento prevista expressamente nos demais incisos desta Cláusula;
- IV. protesto legítimo de títulos contra a Emissora, ou qualquer controlada da Emissora, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a US\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) (ou seu contravalor em outras moedas), convertido em reais conforme cotação divulgada pelo Banco Central do Brasil, via SISBACEN, no Boletim de Taxas de Câmbio e de Mercado, código PTAX300, opção 5/venda, moeda 220, verificada para a liquidação financeira de obrigações vencíveis em determinada data e divulgada pelo Banco Central do Brasil no dia útil imediatamente anterior à data do evento ("Taxa de Conversão"), salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (b) o protesto foi cancelado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo;
- V. a Emissora, ou qualquer controlada da Emissora, deixar de pagar quaisquer dívidas financeiras em valor unitário igual ou superior a US\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) (ou seu contravalor em outras moedas), convertido em reais pela Taxa de Conversão, se tal não pagamento não

for sanado no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de vencimento de tal pagamento;

- VI. quaisquer dividas financeiras da Emissora ou de qualquer controlada da Emissora, em valor unitário igual ou superior a US\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) (ou seu contravalor em outras moedas), convertido em reais pela Taxa de Conversão, vençam antecipadamente, exceto se tal vencimento antecipado ocorrer por opção da Emissora (ou da controlada da Emissora, conforme o caso), neste caso desde que não tenha ocorrido qualquer inadimplemento;
- VII. as obrigações de pagar da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão deixarem de concorrer, no mínimo, *pari passu* com as demais dividas quirográficas da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;
- VIII. a Emissora transferir ou por qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu nesta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos debenturistas reunidos em assembléia;
- IX. a Emissora deixar de manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- X. participação, pela Emissora, em qualquer operação ou série de operações por meio das quais a Emissora seja incorporada ou fundida a qualquer outra Pessoa (conforme definido abaixo), ou permissão, pela Emissora, que qualquer Pessoa seja a ela incorporada ou, ainda, venda, arrendamento ou qualquer outra forma de alienação ou transferência, pela Emissora, de todos os seus ativos permanentes ou parcela substancial dos mesmos a qualquer Pessoa, a menos que (a) a Emissora seja a empresa resultante de tal operação, ou a empresa resultante ("Sucessora") seja uma sociedade constituída no Brasil, em qualquer estado dos Estados Unidos da América ou em outro país *investment grade* e assuma expressamente o pagamento devido de todas as obrigações relacionadas às Debêntures assim como o cumprimento de todos os compromissos e obrigações da Emissora relacionados às Debêntures; e (b) após a ocorrência de tal evento, a Emissora ou a Sucessora não estejam descumprindo qualquer dos compromissos ou obrigações assumidos nesta Escritura de Emissão;
- XI. criação ou permissão, pela Emissora, da existência de qualquer Garantia outra que as Garantias Permitidas (conforme definido abaixo), seja sobre a totalidade ou parte de receitas ou ativos de sua



propriedade, presentes ou futuros (inclusive sobre capital subscrito e não integralizado), destinada a garantir qualquer Emissão de Dívida Externa (conforme definido abaixo) ou garantia sobre ela, exceto no que diz respeito a garantias relacionadas a Emissão de Dívida Externa que não exceda, em seu valor agregado, o equivalente a 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido (conforme definido abaixo) da Emissora por ocasião da concessão de tal garantia, salvo se, na mesma ocasião, a Emissora garantir as Debêntures e as demais obrigações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme o caso, de forma satisfatória ao Agente Fiduciário ou oferecer outra garantia que seja considerada pelo Agente Fiduciário, a seu exclusivo critério, como igualmente vantajosa aos debenturistas, conforme aprovado por debenturistas reunidos em assembleia convocada para este fim.

Entende-se por:

"Demonstrações Financeiras": as mais recentes demonstrações financeiras da Emissora entregues ao Agente Fiduciário de acordo com as disposições desta Escritura de Emissão.

"Dívida Externa": qualquer Dívida pagável (ou passível de pagamento) (i) em moeda, ou atrelada a moeda, que não a moeda corrente no Brasil por ocasião de tal pagamento; e (ii) a Pessoa não residente no Brasil.

"Dívida": qualquer obrigação ou valor devido (presente ou futuro, real ou contingente) por força de instrumento ou documento envolvendo ou evidenciando empréstimos de dinheiro ou recursos recebidos, adiantamentos de crédito, venda sob condição, transferências com coobrigação ou condicionada à obrigação de recompra ou decorrente de arrendamento com os mesmos efeitos econômicos que qualquer dos instrumentos acima mencionados e que constitua, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, obrigação financeira.

"Emissão de Dívida Externa": qualquer Dívida Externa, seja ela presente ou futura, real ou contingente, representada por títulos, debêntures ou outros valores mobiliários que sejam, no momento ou futuramente, listados ou negociados em qualquer bolsa, sistema de negociação automatizado, mercado de balcão ou outro mercado de títulos e valores mobiliários fora do Brasil.

"Garantia": hipoteca, penhor ou qualquer outro ônus, gravame ou direito de garantia equivalente, incluindo mas não se limitando a qualquer outro criado ou existente de acordo com a legislação brasileira.

"Garantias Permitidas": qualquer Garantia criada sobre créditos advindos de contratos celebrados pela Emissora, representando créditos e receber devidos a Emissora relacionados a vendas de aço ou derivados oferecidos pela Emissora a qualquer Pessoa.

"Patrimônio Líquido": a qualquer tempo, o montante de capital integralizado, reservas e lucros acumulados relacionados nas Demonstrações Financeiras mais recentes da Emissora.

"Pessoa": qualquer indivíduo, empresa, sociedade, joint venture, associação, organização, Estado, agência estatal ou outra entidade, independentemente de possuir personalidade jurídica distinta.

"Recebíveis": recebíveis relacionados a vendas, sejam eles passados, presentes ou futuros;

- XII. as declarações previstas na Cláusula 10.2 abaixo provêm-se substancialmente falsas, incorretas, incompletas ou enganativas, mediante apresentação, pelo Agente Fiduciário, de documentos comprovando neste sentido;
- XIII. desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na perda da propriedade ou posse direta de mais de 80% (oitenta por cento) dos seus ativos ou na incapacidade de gerir os seus negócios, pela Emissora, ou seus controlados, conforme o caso, desde que tal desapropriação, confisco ou qualquer outra medida afete substancialmente a capacidade de pagamento da Emissora das obrigações relativas as Debêntures;
- XIV. não pagamento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, ou seus controlados, em valor unitário superior a US\$20.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) (ou seu contravalor em outras moedas), convertido em reais pela Taxa de Conversão, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data estipulada para pagamento; ou
- XV. ocorrência de qualquer procedimento de sequestro, arresto ou penhora de ativos da Emissora, ou de seus controlados, cujo valor unitário seja superior a 80% (oitenta por cento) do patrimônio líquido da Emissora à época, levantado com base na última demonstração financeira publicada à época, exceto se tal procedimento for a-priori, solicitado, revertido ou extinto no prazo máximo 60 (sessenta) dias contados de sua início.

- 6.1.1 Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos incisos I a XI da Cláusula 6.1 acima, que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Ocorrendo quaisquer dos demais eventos previstos na Cláusula 6.1 acima, e estando estes eventos ainda não sanados, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto na Cláusula 8.9 abaixo, convocar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data em que for constatada sua ocorrência, assembleia de debenturistas para deliberar sobre o vencimento antecipado das Debêntures, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia de debenturistas, debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.
- 6.1.2 Na ocorrência do vencimento antecipado, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso II da Cláusula 6.1 acima, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração da Primeira Série ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 10 (dez) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

VII

DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

- 7.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- I. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) cópia das demonstrações financeiras auditadas e, quando exigido pela legislação aplicável, consolidadas, relativas a cada exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e declaração de que a Emissora está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, no prazo de até 90 (noventa) dias do término do respectivo exercício social;

- (b) cópia de suas demonstrações financeiras trimestrais não auditadas referentes aos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil juntamente com declaração de que a Emissora está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados data de encerramento do respectivo trimestre;
 - (c) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
 - (d) avisos aos debenturistas, fatos relevantes, alterações estatutárias ocorridas na Emissora, assim como extratos de atas de assembleias de acionistas e de reuniões do conselho de administração, desde que envolvam diretamente o interesse dos debenturistas aqui previstos, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 ou, se ali não previstas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem arquivados na Junta Comercial;
 - (e) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento;
 - (f) informações sobre ocorrência do previsto na Cláusula 6.1 acima, para que o Agente Fiduciário tome as providências cabíveis, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de ocorrência do respectivo evento; e
 - (g) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- II. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- III. submeter, anualmente, a presente emissão de Debêntures à revisão e avaliação pelas agências de classificação de risco Fitch e outra escolhida entre Moody's e Standard & Poor's, disponibilizando ao Agente Fiduciário cópia dos relatórios que vierem a ser emitidos por



tal agência classificadora no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do seu recebimento pela Emissora;

- IV. manter sempre atualizado o registro da companhia aberta na CVM e disponibilizar aos seus acionistas e debenturistas, pelo menos anualmente, as demonstrações financeiras consolidadas previstas no artigo 176 da Lei n.º 6.404/76, bem como observar as disposições contidas na Instrução CVM n.º 207, de 1º de fevereiro de 1994;
- V. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 3.6 abaixo;
- VI. estruturar ou manter em adequado funcionamento órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente atendimento aos titulares das Debêntures, podendo utilizar, para tal fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituição financeira autorizada para que preste esse serviço; e
- VII. não realizar operação, negócio ou atividade que contrarie o disposto no seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares vigentes.

VIII

DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Emissora constitui e nomeia agente fiduciário dos debenturistas da emissão objeto desta Escritura de Emissão, **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da Escritura de Emissão, representar perante a Emissora a comunidade dos titulares das Debêntures.

8.2 O Agente Fiduciário declara:

- I. não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei n.º 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- II. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

21



- III aceitar integralmente a Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
 - IV. estar ciente dos termos da Circular n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil; e
 - V. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983.
- 8.3 A Emissora, por sua vez, declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei n.º 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.
- 8.4 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que o determinar, assembleia geral de debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria assembleia geral de debenturistas que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto na Cláusula 8.4.4 abaixo.
- 8.4.1 Na hipótese do Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.
- 8.4.2 Em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pelos debenturistas e assuma efetivamente as funções do Agente Fiduciário.
- 8.4.3 É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação do seu substituto, em assembleia geral de debenturistas especialmente convocada para esse fim, independentemente de anuência ou concordância da Emissora.

- 8.4.4 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.
- 8.4.5 Os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços.
- 8.4.6 O agente fiduciário substituído fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a assembleia geral de debenturistas não delibere sobre a matéria.
- 8.4.7 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, averbado na Junta Comercial do local de registro da Escritura de Emissão, conforme previsto no artigo 5º da Instrução CVM n.º 28/83.
- 8.4.8 O agente fiduciário substituído deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 5.25 acima.
- 8.4.9 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.
- 8.4.10 A Prissora neste ato uniu que a relação dos titulares das Debêntures custodiadas na CBLC e na CETIP seja disponibilizada ao Agente Fiduciário sempre que solicitada.
- 8.4.11 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.
- 8.5 Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:
1. cinco parcelas anuais no valor de R\$18.000,00 (dezoito mil reais) cada, sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia útil do 12º (décimo segundo) mês subsequente à data de concessão do registro de distribuição das Debêntures pela CVM e as demais, na mesma data dos anos subsequentes;

- II. o Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência **mínima de 10 (dez) dias** da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
 - III. o valor das parcelas será atualizado anualmente pela variação acumulada do IGPM ou pelo índice que vier a substituí-lo, desde a Data de Emissão até a data de pagamento de cada parcela, calculado *pro rata die*, se necessário, sendo que caso o IGPM (ou o índice que vier a substituí-lo), em qualquer mês de referência, apresentar taxa de variação negativa, não será considerada qualquer variação para referido mês, não alterando a variação acumulada do IGPM (ou do índice que vier a substituí-lo) até o período imediatamente anterior ao do mês em questão;
 - IV. a remuneração acima será devida até o cancelamento das Debêntures e mesmo após o vencimento, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
 - V. a remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas razoáveis e devidamente comprovadas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da sua função, sendo tais despesas de responsabilidade da Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação;
 - VI. em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos aos Encargos Moratórios, exceto se o Agente Fiduciário não cumprir com sua obrigação referida no inciso II acima; e
 - VII. as parcelas serão acrescidas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, executando-se o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- §5.1** Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam consideradas necessárias em base razoável, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.



- 8.6 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas e serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunidade dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custos judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.
- 8.6.1 Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula 8.6 acima os debenturistas impedidos por lei a fazê-lo.
- 8.7 As despesas a que se refere a Cláusula 8.6 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:
- I. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
 - II. extração de certidões;
 - III. locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
 - IV. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.
- 8.7.1 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado



na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

8.8 Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- II. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- III. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- IV. verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76;
- V. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- VI. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- VII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VIII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- IX. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e Procuradoria de Fazenda Pública onde se localizar a sede ou o estabelecimento principal da Emissora;
- X. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;



- XI. convocar, quando necessário, assembleia geral de debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos termos da Cláusula 5.25 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei n.º 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão;
- XII. comparecer à assembleia geral de debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XIII. elaborar relatórios destinados aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76, relativos aos exercícios sociais da Emissora e ao primeiro, segundo e terceiro trimestres dos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
- (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate e pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação de bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão; e
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;

XIV. disponibilizar os relatórios de que trata o inciso XIII acima aos debenturistas da seguinte forma: (i) relatório relativo ao exercício social anterior, até o dia 30 de abril de cada ano; (ii) relatório relativo ao primeiro trimestre de cada exercício social, até o dia 31 de maio de cada ano; (iii) relatório relativo ao segundo trimestre de cada exercício social, até o dia 31 de agosto de cada ano; e (iv) relatório relativo ao terceiro trimestre de cada exercício social, até o dia 30 de novembro de cada ano. Os relatórios deverão estar disponíveis ao menos nos seguintes locais:

- (a) na sede da Emissora;
- (b) no local por ele indicado;
- (c) na CVM;
- (d) na Bovespa e na CETIP; e
- (e) na instituição que liderou a colocação das Debêntures, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;

XV. publicar, às expensas da Emissora, nos termos da Cláusula 5.25 acima, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XIII acima encontra-se à sua disposição nos locais indicados no inciso XIV acima;

XVI. manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária, à CBLC e à CETIP;

XVII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações obtidas da Emissora e informações públicas;

XVIII. notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data do fato, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá, aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

- (a) à CVM;

- (b) à Bovespa e à CETIP; e
- (c) à Emissora; e

XIX. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuras, devidas em decorrência da execução dos seus serviços, observado o disposto nas Cláusulas 8.5, 8.6 e 8.7 acima; e (b) todas as encargos civis, trabalhistas e/ou previdenciários.

8.9 No caso de inadimplemento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, não sanado, se for o caso, nos prazos previstos na Cláusula 6.1 acima, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, principalmente as Cláusulas 6.1 a 6.1.2 acima, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;
- III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os debenturistas realizem seus créditos; e
- IV. representar os debenturistas em processo de falência ou concordata da Emissora.

8.9.1 Observado o disposto nas Cláusulas 6.1 a 6.1.2 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I a III da Cláusula 8.9 acima se, convocada a assembleia de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos debenturistas em circulação. Na hipótese do inciso IV da Cláusula 8.9 acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

IX DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

9.1 Os titulares das Debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberarem sobre a matéria de interesse da comunhão dos debenturistas, observado entretanto que nas assembleias que tiverem por objeto matérias relacionadas única e exclusivamente com uma

determinada série das Debêntures, os quorums de instalação e deliberação previstos nesta Cláusula IX serão computados exclusivamente com base nas Debêntures da respectiva série.

- 9.2 A assembleia dos debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM.
- 9.3 A assembleia de debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 9.3.1 Para os fins de apuração do quorum de instalação em qualquer assembleia de debenturistas, serão excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora.
- 9.4 A presidência da assembleia de debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.
- 9.5 Nas deliberações da assembleia, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Observado o disposto na Cláusula 9.5.1 abaixo, as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de debenturistas dependerão de aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.
- 9.5.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.5 acima:
- I. os quorums expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão ou em lei; e
 - II. as alterações (a) dos quorums previstos nesta Escritura de Emissão; (b) da Remuneração; (c) das datas de pagamento da Remuneração; e (d) da espécie das Debêntures, que deverão ser aprovadas por debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.
- 9.5.2 Para os fins de apuração do quorum de deliberação em qualquer assembleia de debenturistas, serão excluídos os votos em branco e as Debêntures pertencentes, de forma direta ou indireta, à Emissora, ou qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora, ou qualquer coligada da Emissora, ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas.
- 9.6 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias dos debenturistas.



- 9.7 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembleia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.8 Aplica-se à assembleia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76, sobre a assembleia geral de acionistas.

X
DAS DECLARAÇÕES

10.1 O Agente Fiduciário declara que:

- I. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- II. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- III. esta Escritura de Emissão constitui obrigação do Agente Fiduciário exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- IV. verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76.

10.1.1 O Agente Fiduciário obriga-se, de forma irrevogável e intransmissível, a indenizar os debenturistas e os Coordenadores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos debenturistas e pelos Coordenadores em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

10.1.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.1.1 acima, o Agente Fiduciário compromete-se a notificar imediatamente os debenturistas e os Coordenadores caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

10.2 A Emissora neste ato declara que:

- I. é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;

- II. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- IV. a celebração desta Escritura de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora (ou suas controladas, diretas ou indiretas) seja parte, nem resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora (ou de suas controladas, diretas ou indiretas), exceto por aqueles já existentes na presente data; e (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- V. os prospectos preliminar e definitivo ("Prospectos") contêm, no mínimo, sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à Emissora e às suas subsidiárias, nas respectivas datas dos Prospectos, no contexto da presente emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora e de suas subsidiárias, de suas condições financeiras, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures;
- VI. as declarações contidas nos Prospectos em relação à Emissora, às suas subsidiárias e às Debêntures são verdadeiras e completas, inexistindo fatos relativos à Emissora, às suas subsidiárias ou às Debêntures não divulgados nos Prospectos cuja omissão, no contexto da emissão das Debêntures, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- VII. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos em relação à Emissora e às suas subsidiárias foram dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- VIII. exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, não tem conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade, ou nas suas



subsidiárias, nas suas condições financeiras ou outras ou em suas atividades;

- IX. as demonstrações financeiras da Emissora, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2000, 31 de dezembro de 2001 e 31 de dezembro de 2002 e aos períodos encerrados em 30 de setembro de 2002 e 30 de setembro de 2003 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil; e
- X. está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios.

10.2.1 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar os debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelos Coordenadores em razão da inveracidade ou inobservância de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.2 acima.

10.2.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.2.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente os debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

XI **DAS DESPESAS**

- 11.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos com o registro e publicação dos atos necessários à emissão e à colocação das Debêntures, tais como a Escritura de Emissão e os atos societários relacionados a esta emissão de Debêntures.

XII **DA RENÚNCIA**

- 12.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Nenhum abuso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos

debenarristas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, não constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

XIII

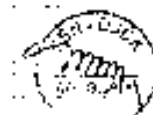
DO TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E DA EXECUÇÃO ESPECÍFICA

- 13.1 Esta Escritura de Emissão constitui título executivo extrajudicial nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

XIV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.
- 14.2 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrer a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.



XV
DO FORO

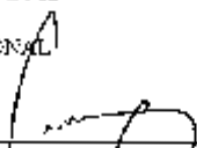
13.1 Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

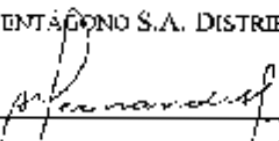
Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2003

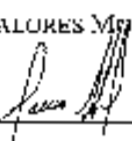
COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL


Nome: Paulo de Figueiredo
Cargo: Diretor Financeiro
Geotria Corporativa
CNPJ 02.028.707-60

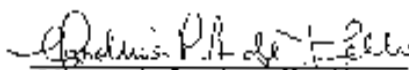

Nome: Carlos Henrique Campesin
Cargo: Diretor Geral de Investimentos
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional

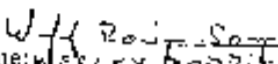
PENTAGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: Adilson Figueiredo
Cargo: Presidente


Nome: Maria Antônia
Cargo: Presidente

Testemunhas:


Nome: Carlos Roberto
Id.: 45.544.477-3


Nome: Wesley
Id.: 45.642.400-3

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
CNPJ: 02.028.707-60
Razão Social: COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
CNPJ: 02.028.707-60
CERTIFICADO DE REGISTRO EM 22/12/2003
E O REGISTRO DE U
IMPORTE DA AGUO

00001374805
DATA: 22/12/2003

SECRETARIA DE ESTADO DO RIO DE JANEIRO